

Romances do descobrimento do Brasil.

Arthur Virmond de Lacerda Neto. 23.2.2020.

Romances históricos.

Na literatura ficcional há obras de pura fantasia, a exemplo do inolvidável “A cidade e as serras” de Eça de Queiroz e da obra-prima de José Saramago, “Memorial do Convento”, das aventuras de Júlio Verne e dos imorredouros contos de Machado de Assis.

Também há romances ditos históricos, em que o autor fantasia à volta de fatos reais e no entrecho reúne o que engenhou com realidades hauridas nas fontes históricas. Não se trata de documentários nem de livros de informações, tampouco de puro fantástico, mas da combinação de dados verídicos com imaginários, interessante na medida em que o autor saiba preencher as lacunas dos primeiros com os segundos ou valer-se daqueles para compor situações, diálogos, ações, aventuras.

Constituem exemplos desse gênero algumas produções paranaenses: “Rastros de sangue”, de David Carneiro; “Gabriel”, de Iberê de Mattos; “Arcabuzes”, de Noel Nascimento. Todos três romanciam a revolução federalista, o terceiro com mais extensão e pormenores. “O drama da fazenda Fortaleza” (de David Carneiro) efabula a relação desditosa do fazendeiro José Félix da Silva Passos com sua mulher, no século XIX, nos Campos Gerais. Hellê Veloso Fernandes contribuiu com “Pioneiros do Iguatemi”, ambientado no século XVIII no interior do Paraná. A dramaturgia nacional ainda não se lembrou da epopéia da Lapa, a Tróia brasileira¹, cuja resistência aguarda romancista que dela produza equivalente ao ótimo “Guerra do fim do mundo”, de Mário Vargas Llosa.

Outros sucessos e fases da história brasileira oferecem temas férteis a romancistas, como as bandeiras, a independência do Brasil, a inconfidência mineira, o período imperial, o movimento republicano, a revolução de 1930.

Dois romances brasileiros ativeram-se à viagem de Pedro Álvares Cabral: “Mani”, de Luiz Wanderley Torres; “O segundo degredado”, de Fuad Yazbeck.

Mani.

Luiz Wanderley Torres nasceu na Paraíba do Norte em 1912 e produziu prosa de história e poesia. “Mani ou um monte chamado Pascoal” teve primeira edição em 1965 e terceira vinte anos após. É opúsculo de 143 páginas e formato 13 x 18 que narra em primeira pessoa reminiscências (imaginárias) de Afonso Ribeiro, um dos dois degredados que Cabral deixou em terra e que Gonçalo Coelho recolheu em dezembro de 1501.

Principia com o embarque da esquadra de Cabral, narra peripécias do mar (tormenta e ataque de procelárias), o avistamento da terra, o desembarque nela, o casamento do herói com uma índia, o nascimento de filho de ambos.

O autor serviu-se da carta de Pero Vaz de Caminha, cujo teor transmite seletivamente; efabulou o casamento de Afonso Ribeiro e o advento de seu filho como fecho do livro, que se encerra com este parágrafo:

— *Meu filho ! — Disse erguendo-o ao alto, como se me fora quase um novo Deus! — Todo este vasto horizonte, estas florestas, estes rios, são do teu povo e conseqüentemente teus. Sê digno de tudo isso, generoso, acolhedor, como foi teu berço [o Brasil] para com teu pai. Sê forte, alegre e livre como tua mãe Mani. És, meu filho, a fusão de dois sangues que se encontraram ocasionalmente ao pé deste Monte, que é o marco inicial do achado desta terra, como és o marco inicial de uma raça que irá engrandecer este país.*

¹ É observação de Lima Figueiredo, in **Grandes soldados do Brasil**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1944. 3ª ed., p. 278. — A imagem de Tróia para a Lapa in VERNALHA, Milton Miró. **Maragatos x Pica-paus**. Curitiba: Lítero-técnica, 1984.

Nomeou-o de Itarudã, “pedra firme, testemunho do amor e da liberdade.”

É belo final, em que o pai transmite a seu filho votos e valores: generosidade, hospitalidade, fortaleza, alegria, liberdade; reconhece-o como produto do engrazamento do branco e do índio, mameluco primigênio e símbolo da miscigenação que foi típica do português e, a seguir, dos portugueses nados no Brasil, na sua aceitação do índio e do negro².

Nos últimos quarenta anos a esquerda brasileira insistiu em descrições pejorativas da história do Brasil, com ênfase na denúncia de opressões e violências, verdadeiras até certo ponto, provavelmente exageradas e certamente maniqueístas: a história do Brasil não se fez apenas com misérias humanas e morais, não somos produto do pior povo da Terra nem é desprezível nosso pretérito³.

Com suas meias-verdades, o sestro depreciativo suscita desprezo pelo passado e pela formação nacionais, desdém por nossa cultura, desestima pela condição de brasileiros e menos patriotismo, sentido em que a historiografia esquerdista é pessimista, parcial, injusta. Carece de retificação, assim como merece o passado brasileiro melhor conhecimento, justa compreensão⁴ e até idealização artística: “Mani” contribui no terceiro aspecto e não comunga daquele defeito.

Luiz Wanderley Torres enfocou, pioneiramente, a viagem de Pedro Álvares Cabral⁵ e adotou como protagonista não o próprio (como seria talvez natural) nem outra das figuras maiores da viagem (Caminha), que caracterizou pela preocupação de registrar fatos, para memória futura. “É uma prenda essa, de gravar com letra o que acontece. Fica para a memória dos tempos!”, exclama-lhe Cabral, que o incentiva a propósito.

A legislação portuguesa, severíssima (porém não mais do que a dos restantes países europeus) punia com degredo para o Brasil (nas Ordenações Filipinas) comportamentos de somenos importância, como derrubar árvore frutífera, matar boi alheio, sacar de arma em procissão. Luiz Torres efabulou os crimes dos degredados: teriam sido, o de Afonso Ribeiro, não se haver confessado na Páscoa (em verdade, era homicida); o de seu companheiro, haver apertado e beijado, em plena via pública, uma donzela. Foi-lhes efêmera a estância no Brasil: durou vinte meses, porquanto a expedição de Gaspar de Lemos recolheu-os e deixou-os em Lisboa em 1502.

Ao reconhecer Afonso Ribeiro a bordo, Cabral reage-lhe:

— *Ora anda cá, rapaz. Dá-me um abraço que ele [um tio-avô de Afonso] foi compadre do meu pai.*

É errôneo pensar (como muitos brasileiros creem) haver o Brasil sido povoado pela escória de Portugal, notadamente criminosos. Dentre outros desmentidos, Oliveira Lima, em “O movimento da independência” aduz:

² Até a independência, em 1822, rigorosamente, até o tratado de independência (Tratado do Rio de Janeiro, de 29 de agosto de 1825) todos quantos nasceram no Brasil tinham naturalidade brasileira e nacionalidade portuguesa. Não havia brasileiros e sim portugueses nascidos no Brasil. Vide FERREIRA, Tito Lívio. **Portugal no Brasil e no mundo**. [S. l.]: Livraria Nobel S. A., 1984, e METZER LEONE, Eduardo. **Um português no Brasil**. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1969. — A obra de Gilberto Freyre afirma a receptividade do português em relação aos demais povos e sua disposição a miscigenar-se, diferentemente de ingleses, holandeses, franceses, belgas e outros, que se recusavam a fazê-lo.

³ Integra a mitologia histórica brasileira a alegada inferioridade do português como povo e de sua obra de construção do Brasil, já contrariadas pelo brasileiro Carlos Raimundo Lisboa de Mendonça em **500 anos do descobrimento. Uma nova dialética** (Rio de Janeiro: Editora Destaque, 1999). Em **Nau capitânia**, o brasileiro Walter Galvani julga os portugueses do século XV: “povo superior, um dos mais avançados do mundo” (Rio de Janeiro: Editora Record, 1999, p. 134). Sobre as qualidades da construção do Brasil pelos portugueses vide artigos de minha autoria em <https://arthurlacerda.wordpress.com/category/colonizacao-do-brasil/>.

⁴ É o anélito dos filmes de história do Brasil empreendidos pelo movimento Brasil Paralelo, de grande aceitação dentre o público em geral, e ainda bem.

⁵ Viagem que não foi de descobrimento: já em 1498, Duarte Pacheco Pereira aparentemente estivera no Brasil (com opinião contrária de Damião Peres, na **História dos Descobrimientos Portugueses**); aparentemente, já em 1490 existia povoação e forte portugueses em Pernambuco; provavelmente o assim chamado Cristovão Colón cá esteve antes de 1492; em 1488 el-rei D. João II dizia haver terras no sudoeste. Fato é que em 1500, em Lisboa, antes de Cabral partir, o navegador Pero Vaz da Cunha, o Bisagudo, possuía mapa-múndi antigo em que se marcou o sítio do Brasil, possivelmente já perlustrado pelos chineses, em 1421 (vide *1421*, de Gavin Menzies, sujeito a reservas). O próprio Caminha afirma haver Nicolau Coelho distribuído, no Brasil, crucifixos que lhe “ficaram [sobraram] da outra vinda”. Há vários outros indícios (de minha autoria, vide *O descobrimento pré-cabralino do Brasil*, em <https://arthurlacerda.wordpress.com/category/descobrimiento-do-brasil/>).

A colonização brasileira levada a cabo por degredados é uma lenda já desfeita. Nem ser degredado equivalia então forçosamente a ser criminoso, no sentido das idéias modernas. Punia-se com a deportação delitos não infamantes e até simples ofensas cometidas por gente boa. Os dois maiores poetas portugueses, Camões e Bocage, sofreram a pena de degredo na Índia, como Ovídio sofreu a de banimento no Ponto Euxino. (Sublinhado meu).

Contém “Mani” vocábulos que se aprende com sua leitura e o correlato recurso aos vocabulários: algum léxico naval e algum outro que corroboram a virtude da leitura: quem lê (bons livros) aprende o que lê e mais o idioma. Quem não lê, repete os lugares-comuns mentais e lingüísticos de seu ambiente.

O autor escrevia com qualidade e beleza já incomuns nas gerações jovens brasileiras, até entre doutores com doutorado: urgem-lhes ler produções como esta, recomendável por sua prosa e por seu teor.

O segundo degredado.

“O segundo degredado”, da autoria do mineiro Fuad Gabriel Yazbeck (Editora Record, 2008, 350 p.) adota por herói um dos dois condenados que Cabral deixou na Bahia. Redigido em primeira pessoa, à guisa de memórias, expõe como, fantasticamente, o segundo degredado teria cometido crime e sido condenado, e como, verossimilmente teria sido a navegação que o conduziu de Lisboa à Bahia e sua vida no Brasil, no intervalo de ano e oito meses, até ser resgatado (com o também degredado Afonso Ribeiro) pela expedição de Gonçalo Ribeiro.

Conhece-se o nome de Afonso Ribeiro; ignora-se o do outro degredado, que o livro nomeia de Gabriel e a quem atribui, como destino final e imaginário, recolhimento em mosteiro na França. Posto que de nenhum dos degredados conhecem-se memoranduns, cartas, diários nem registros quaisquer em que comunicassem as experiências de seus crimes, navegação até o Brasil e permanência nele, Fuad Yazbeck fantasiou-lhes, de ambos, os crimes; do segundo degredado, o nome e as peripécias.

Afonso Ribeiro teria (na efabulação do livro) cometido ocisão em legítima defesa (p. 53) e incorrido em condenação à forca, abrandada para degredo (p. 54); o *segundo degredado* sofreu acusação falsa de furto pecuniário (cap. II), pelo que incorreu na pena de galés (*ibidem*). Incumbido de transportar o arcaz que em que Pedro Álvares Cabral guardara folhas, livros e mapa, compassos e réguas, e um portulano de Nicolau Coelho (navegador que acompanhara Vasco da Gama e que se integrou à frota de Cabral), todos concernentes à viagem para o Brasil e a Índia, o condenado Gabriel desastadamente tropeça, derruba o arcaz, que se abre e cujo conteúdo vê (cap. VIII).

Temeroso de que divulgasse, em terra, o que vira, Cabral compulsoriamente incorpora-o à marinhagem. Porque, durante a travessia do Atlântico, Gabriel cometesse a indiscrição de examinar mapa no gabinete do capitão, este convenceu-se tratar-se ele de espião. Poujou-lhe a vida: deixou-o em terra, com o que veio a ser o “segundo degredado”, por crime de espionagem a bordo⁶.

As circunstâncias do tropeção, da observação do mapa, da convicção de Cabral de ser Gabriel espia, da condenação do segundo ao degredo, por decisão do primeiro, são imaginárias e inverossímeis, mas por meio delas o autor vinculou o destino do herói a dado de magna importância: o do conhecimento da existência de terras a sudoeste (Brasil) pelos portugueses, prévio à viagem de Cabral, como segredo de Estado.

⁶ A possibilidade de Cabral infligir-lhe pena capital e sua comutação em degredo eram reais, porquanto a carta de poderes que lhe passou el-rei d. Manuel (em 15.2.1500) atribuía-lhe alçada criminal “em todos os casos até morte natural [...] sem dele haver apelação ou agravo”, excetuados fidalgos, os capitães dos navios e outros (não individualizados), cujo julgamento o rei avocava. Cabral era juiz de primeira e derradeira instância na esquadra, o que não lhe implicava poderes arbitrários e sim usáveis conforme a legislação penal sua coeva. Cf. GALVANI, W. **Nau capitânia**. Rio de Janeiro: Editora Record, 1999, p. 80.

Diz o narrador: “[...] eu havia exposto à luz e em público um dos mais bem guardados segredos do reino português: a existência de terras no Ocidente, bem abaixo, ao sul e centro dos limites definidos pelo tratado firmado entre os reinos de Portugal e Castela [...]” (pág. 109). Em diálogo imaginário, Cabral teria dito:

— [...] *as informações contidas nestes mapas e as ordens d`el-rei, mandando-nos procurar indícios de terras a oeste, faz ver que ele já suspeitava da existência delas quando firmou, em Tordesilhas [...] o tratado que dividiu o mundo [...]* (p. 125).

Responde-lhe seu interlocutor:

— *Tendes razão, senhor Dom Pedro. Entendo agora a sábia insistência do saudoso Dom João II em estender a linha demarcatória até trezentas e setenta léguas a oeste das ilhas do cabo Verde, originalmente estabelecidas em apenas cem [...]* (*ibidem*).

Prossegue Cabral:

— *Por certo, como podem ver os senhores, este segredo não pode ser revelado, antes que el-rei Dom Manuel tome conhecimento do possível achamento destas terras, e o dê por accidental. Afinal nossa viagem não tem este propósito declarado.* (*ibidem*).

Este precioso diálogo transmite que: (a) el-rei D. João II postulou (e obteve) o deslocamento da linha de Tordesilhas (de cem léguas a oeste do Cabo Verde para trezentos e setenta) para incluir na porção portuguesa o Brasil, de cuja existência no mínimo suspeitava ou de que tinha ciência certa em 1494 (e desde, pelo menos, 1488, segundo declaração do assim chamado Cristovão Colón); (b) Cabral velejou com rumo certo em toda sua singradura de Lisboa ao Brasil e deste por diante; (c) Cabral não deparou o Brasil casualmente nem por descaminho da frota; (d) era missão oculta de Cabral incorporar oficialmente o Brasil a Portugal ou oficializar o conhecimento que este dele tinha; (e) oficialmente, para fins políticos em relação à Espanha, o encontro do Brasil deu-se casualmente (como el-rei D. Manuel noticiou aos reis de Espanha).

É valioso que a ficção brasileira assimile dados e conclusões a cujo respeito as probabilidades vizinham com a certeza e que difunda o que deveria ser tema de ensinança para todos os brasileiros nas escolas, em que ainda se repete o mito da casualidade do descobrimento do Brasil objeto, aliás, das primeiras dúvidas no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1849, graças a perspicazes pesquisas do brasileiro Joaquim Norberto de Sousa e Silva (1820 – 1891).

Talvez seja fantasioso o portulano de Nicolau Coelho, de que Cabral estaria munido e que sugeriria a existência do que veio a ser o Brasil (p. 122). O que não é fantasioso é a presença de Nicolau Coelho na frota de Cabral e duas reveladoras referências a ele na carta de Caminha:

1^a) ao a esquadra aportar, Nicolau gesticulou para que os índios pousassem seus arcos e flechas: eles entenderam-no. Ninguém adivinha o significado de gestos; ao invés: eles são aprendidos. Como os índios aprenderam o sentido da mímica de Nicolau Coelho antes da viagem de (pseudo) descobrimento ?

2^a) Nicolau Coelho distribuiu aos presentes (em 1º de maio) crucifixos que “lhe ficaram [entenda-se: sobraram] da outra vinda”. “Outra vinda” só pode exprimir vinda anterior; somente há outra vinda se precedentemente se veio para onde se voltou.

É óbvia a conclusão: Nicolau Coelho precedeu Cabral no Brasil. Eis o ponto que Fuad Yazbeck poderia ter explorado mais, à luz da carta de Caminha, que lhe serviu de fonte na cena em que navegantes e silvícolas bailam animados pela gaita que Diogo Dias tocou em terra (p. 152-3) e cuja redação o autor aproveitou: lida em voz alta para muitos marinheiros, ela deixava “sempre transparecer a casualidade do descobrimento, acobertando assim, mais uma vez, a existência de informações prévias sobre a existência daquelas terras.” (p. 156).

Vida a bordo e em terra, tormenta; primeiros contactos com os silvícolas, seus costumes (inclusivamente antropofagia), algum de seu vocabulário; os primórdios da miscigenação (pelo casamento de um marinheiro com uma índia (capítulo XX); preocupações e dificuldades, expectativas e temores de quem estivesse na situação em que se achava o protagonista são temas de que o autor trata com verossimilhança e até sabedoria em algumas das

várias reflexões de seu judicioso herói, a exemplo das idéias de humanidade (“[...] uma vida somente tem qualquer significado quando colocada ao lado de outras, e que é o conjunto de todas que dá forma à vida maior, da qual cada um é apenas uma insignificante parcela: a humanidade.” [p. 18]) e de sucessão das gerações: “Foram eles, os homens do passado, que deram forma às nossas vidas atuais, assim como nós, simples elos de uma cadeia cujo tamanho desconhecemos, deixaremos para os pósteros um mundo um pouco diferente do que conhecemos. Se possível, melhor” (p. 347).

Algumas personagens verdadeiras constam no trecho, ainda que quase todos marginalmente: Afonso Ribeiro (p. 15), Vasco da Gama (p.101), Pedro Álvares Cabral (p. 101), Nicolau Coelho (p. 107), Pero de Ataíde (p. 165), Gonçalo Coelho (p. 275), Gaspar da Gama (p. 277), o bacharel de Cananéia (p. 287), Valentim Fernandes (p. 295), Bartolomeu Dias (p. 314), Américo Vespúcio e o nome Novo Mundo (p. 324).

De caminho, o texto reconhece a ferocidade de algumas tribos silvícolas: “Já não via mais os índios como isentos das maldades e dos pecados [...]” (p. 269); os caiuités eram “extremamente cruéis” (p. 281), malgrado a personagem os reputasse “naturalmente bons” (p. 282). Também a hostilidade de algumas tribos empeceu, aliás, o desenvolvimento de várias das antigas capitânias, informação útil para quantos acoimam o povoamento português de alegadas desvirtudes.

Escolheu bem Fuad Yazbeck seu tema, que ilustra momentos primordiais do Brasil e permite ao leitor pôr-se no lugar de um dos degredados e viver (subjektivamente) o que ele terá vivido. O plano geral de *O segundo degredado* é interessante: memórias (fantasiosas embora) de quem participou de uma das mais importantes viagens da história, viveu no Brasil como um de seus pioneiros brancos, entrou em contacto com os autóctones, voltou a velejar (com Américo Vespúcio e no mediterrâneo). O tom geral do livro é de serenidade: em momento algum acusa os portugueses nem ninguém, ao contrário de alguma historiografia revisionista, interessada em narrar a história como enfiada de opressões e violências odiosas, inspiradoras de sentimento de recusa do passado histórico e até de vergonha e culpa da condição de brasileiro, ocidental e branco.

Nem a história dos povos, a do Brasil nem a de Portugal limitam-se a práticas antanho normais e atualmente repudiadas (escravidão, guerras, colonialismo) nem é justo para com nossos antecessores enfatizarmos o que de negativo hajam produzido sem pelo menos, com igual explicitude realçarmos-lhes as contribuições de engenho, indústria, arte, ciência, e os exemplos de abnegação, heroísmo, valentia, destemor. Nenhum tempo é autor apenas de misérias: também o é de grandezas.

O segundo degredado não deprime nem exalta: expõe com verossimilhança o que pode ter sido, o que provavelmente foi, com ânimo de reconstituir ambientes e experiências, e sem o de culpar ou denunciar, o que é meritório. Enquanto a literatura revisionista tende a perecer em alguma proporção, livros como este, independentes das convicções de época, tendem a perdurar.

Tem qualidade sua redação: variedade léxica, beleza em vários momentos, destreza em outros, correção em geral, com exceções sistemáticas e descuidos ocasionais.

O livro padece da ausência da mesóclise (que ocorre uma só vez), recurso não apenas correto gramaticalmente, como gramaticalmente obrigatório em dados lugares e que enriquece o texto em que se apresenta.

O autor mantém vezo proclítico, preferência (comum no meio brasileiro) injustificada pela próclise, que emprega quando poderia usar a ênclise e deveria valer-se da mesóclise, com vantagem para a correção, variedade e eufonia. O emprego acertado das três colocações pronominais denota saber gramatical do autor que o pratica e seu esmero na construção do texto, introduz variedade e, com ela, riqueza estética, ao passo que, ao sustentar a obsessão proclítica, o autor (qualquer que seja) priva-se de recursos usáveis e até obrigatórios, deles priva o leitor e induz o texto a alguma monotonia, como se a língua portuguesa fosse pobre de uma só e não rica de três colocações dos pronomes.

Em “Aventuras as tive de sobejo [...]” (p. 293), é evidente a impertinência gramatical e eufônica da próclise. Com ênclise: “Aventuras, tive-as de sobejo” evita-se a transformação do som “ss” de “aventuras” em “z” (“aventuraZas”) e enfatiza-se o pronome e, destarte, o sujeito.

Quatro vezes e mais o autor errou a posição do pronome: “Nos espiavam” (p. 167), “não vê-lo” (p. 323), “que tratava-se” (p. 253), “não temê-los” (p. 256). Em outros lugares errou o pronome usável: “permitindo-o [lhe] caminhar” (p. 226), “tão real quanto o próprio oceano que as [lhes] permitia flutuar” (p. 273).

Poderia ter contraído os pronomes pelo menos em dois lugares: “me os oferecesse”, transformável em “mos oferecesse”, e “se mostrará simpático a mim”, exprimível por “se me mostrará simpático” ou (melhor) “mostrar-se-me-á simpático”. A contração dos pronomes (mo, mos, ma, mas, vo-lo, vo-los, vo-la, vo-las, to, tos, ta, tas, lho, lhos, lha, lhas) é recurso corretíssimo e útil: economiza palavras e transmite as mesmas idéias e elementos da frase que não os contrai. A utilidade da leitura de bons textos radica também no aprendizado do idioma que propiciam os livros redigidos com qualidade tal que neles o leitor rememora o que já sabe ou descobre o que ignora. Em contrapartida, em livros compostos para serem fáceis e alcançarem público maior e de nível cultural inferior, não se pautam os autores pela erudição nem seus leitores anelam cultivar-se. Cada autor opta por dado tipo de texto e de público, seja medíocre, seja o que transpõe a mediania ambiente.

Ocasionalmente o texto padece de gerundismo, feio anglicismo de sintaxe (“estar pisando”, [p. 337]; “estar sendo escolhido” [p. 62] *et passim*) e de lugares-comuns da oralidade contemporânea à sua redação: voz passiva evitável (“acreditar no que lhe era dito”, p. 91), inglesia de construção (“do fato de”, p. 337⁷), “outra alternativa” (p. 302⁸).

Cometeu o erro crasso de empregar duas pessoas do discurso na mesma frase: “prometem a mesma pena que te foi imposta a quem chegar até você” (p. 129), erro tanto mais censurável quanto corresponde a diálogo de personagem de 1500, quando sequer existia o apelativo você. Dissesse “prometem a mesma pena que te foi imposta a quem chegar até ti” ou “prometem a mesma pena que lhe foi imposta até chegar até você”.

Outra: “Venha comigo. Dom Pedro Álvares já decidiu o teu destino.” (p. 133). Cuida-se de construção e falha tipicamente brasileiras (de maus falantes do português) no séculos XX e até ao presente: cometeu anacronismo e solecismo. (Escrevesse: “Venha comigo. Dom Pedro Álvares já decidiu o seu destino” ou “Vem comigo [...] teu destino.”)

Empregou mal o gerúndio por fazê-lo seguidamente na mesma frase, também defeito do português ruim de brasileiros: “Fiquei perambulando pela praça, esperando” (p. 26); “fazendo de cada dia apenas a monótona reprodução do anterior, reduzindo minhas esperanças, confirmando os prenúncios de Afonso.” (p. 50); “deu um urro de dor ao voltar ao chão, postando-se gemendo, enquanto nós outros tirávamos os frangalhos de roupas [...], escorregando pelas encostas da falésia, avançando em infantil correria” (p. 226).

Incorreu no vício de usar o pronome relativo posposto a artigo definido em início de frase (vício de “O que”): “Iniciamos o aprendizado [...] da língua [...] para que pudéssemos orientar [...] exploradores que por ali aportassem. O que também poderia ser nosso prêmio [...]” (p. 180).

Sem cacofonia, em dois lugares praticou aliterações (“embaralhar-se na galharada” [p. 190] e “palha espalhadas” [p. 195]). Elas não desmerecem a execução literária do livro, ao contrário dos demais defeitos.

O que distingue bons livros de má literatura é também a introdução do plebeísmo, do solecismo, do chavão. *O segundo degredado* constitui boa literatura excetuada por alguns lugares de má qualidade, comuns no seu tempo (o que não os escusa) e facilmente evitáveis (o que lhes encarece a culpa). Seu autor não soube ou não se quis pôr a cavaleiro delas.

⁷ O anglicismo consiste na fórmula “ao fato de”, como em “Desisti devido ao fato de que choveu” em lugar de “Desisti porque choveu”, “Desisti pois choveu”, “Desisti haja vista haver chovido”.

⁸ Quer-se referir a alternativa, sem mais, e não a *outra* alternativa. Por exemplo: “Falto de fundos, não tive outra alternativa além de tomar dinheiro emprestado”. Ter *outra* alternativa significa que o sujeito teve duas opções: uma era-lhe alternativa (por exemplo: roubar), outra era-lhe “outra alternativa” (tomar emprestado). *Outra* supõe duas possibilidades: uma (a primeira) e outra (a segunda). Quem, falto de fundos, precisou de tomar dinheiro emprestado por falta de opção, não teve alternativa (sem mais) e não *outra* alternativa.